

## UMA PSICOLOGIA DA ADOÇÃO

Luiz Schettini Filho

O crescimento e o desenvolvimento do ser humano provocam, necessariamente, mudanças, que não dispensam episódios de crise. É importante entender que, nem sempre, as crises representam situações desorganizadoras da personalidade ou das relações de convivência. As crises resultantes das transformações no âmbito da personalidade não precisam ser confundidas com qualquer forma de patologia. Há, no entanto, momentos do desenvolvimento humano marcados por experiências mais abrangentes, o que poderá produzir perturbações, desarticulações acentuadas e até graves alterações de comportamento. Considerando o desenvolvimento humano sob essa perspectiva, não será difícil compreender a dinâmica das relações parentais.

Quando analisamos o processo de construção das relações parentais, seja no âmbito da filiação biológica ou adotiva, percebemos que semelhanças e diferenças interagem sem que precisemos olhar para os filhos, colocando-os nesta ou naquela categoria. Ainda mais: os filhos que designamos como *adotivos* são igualmente biológicos como os demais filhos.

O filho não resulta exclusivamente de um contexto biológico. Mais que isso, ele é uma consequência ética, porque a filiação não se esgota na geração biológica, mas se completa na aceitação afetiva, o que configura a adoção.

A ética nos ajuda a entender algumas peculiaridades da personalidade do filho que vive uma história de adoção, pois "...somos todos feitos artesanalmente, um a um, com amorosa diferença" (1).

É nesse cenário que se insere a adoção. São as diferenças que colocam filhos adotivos ou não no nível de pessoas. Nascermos indivíduos com diferenças que, conduzidas pela biologia, nos tornam pessoas pela semelhança com as demais pessoas com quem convivemos.

Na adoção constrói-se o vínculo afetivo que se sobrepõe ao genético e ao hereditário e que persiste como elemento constitutivo da biografia pessoal. A adoção é uma forma incomum de se ter filhos. Para muitas pessoas a adoção é interpretada como um descompasso da Natureza, que teria negado a uns e outros a capacidade de gerar seus próprios filhos. Esse pensamento, de modo geral, estabelece um sentimento de inadequação, de inferioridade, de impotência e de incapacidade, enfim, um sentimento de diferença em relação às demais pessoas que termina por conduzir à idéia da deficiência.

É imprescindível que compreendamos, tanto quanto nos for possível, a dinâmica psicológica de pais e filhos adotivos.

A adoção não precisa estar atrelada à tentativa de solucionar problemas pessoais, seja dos pais, seja dos filhos. A dinâmica psicológica da relação adotiva não está vinculada ao **ter**, mas, fundamentalmente, ao **ser**. Confundimos, por vezes, a relação de filiação com o *ter* ("ter o filho"), que, por

sua vez, se desdobra na idéia do “fazer” e do “possuir”. Nas relações parentais não “fazemos” e, nem sequer, “possuímos”. Todas as vezes que tentamos possuir nosso objeto de amor, o perdemos. O amor não admite posse, porque pede liberdade para subsistir na ligação amorosa. Esta é a *substância* que percorre a relação parental afetiva e que explica a adoção. Não podemos desconhecer o sentido primeiro do termo “substância”. Trata-se de “sub” (por baixo) e “estância” (permanência), como observou Alan Watts: “Ser substancial é estar por baixo, ser o suporte e a fundação do mundo” (2).

Adotar um filho transcende o aspecto puramente operacional contextualizado na idéia de “ter” ou “procurar” o filho. A adoção não tem a ver com o que vem de fora; pelo contrário, está estritamente ligada ao que está dentro, no sentido de que resulta do *desejo* que chega a se configurar como *vontade* (querer). É nesse contexto que é engendrado o filho que se adota. É verdade que, ao se gerar o próprio filho o organismo biológico e o organismo psíquico têm condição de desenvolver, em conjunto, o desejo e a vontade. É nesse ponto que encontramos a peculiaridade da adoção, pois lhe falta a elaboração biológica no processo psicológico.

Podemos desejar muitas coisas ao mesmo tempo, mas só podemos ter vontade (querer) de apenas uma de cada vez. Nesse processo prevalece o desejo mais forte, que é a vontade. O desejo faz eclodir as possibilidades; a vontade seleciona e identifica o que queremos como projeto de vida.

Nas entrelinhas do “desejo de ter filhos” poderá estar atuando como elemento preponderante ou, até mesmo, de maneira superficial, a necessidade de resolver as questões da infertilidade ou de impossibilidades outras de gerar o próprio filho. Não precisamos esconder, sobretudo de nós mesmos, a necessidade de nos vermos homens e mulheres “normais”, buscando “consertar” uma lacuna da Natureza. É necessário, entretanto, que busquemos uma solução para esse descompasso interno. Aceitar a contingência de não poder gerar os próprios filhos é condição imprescindível para não contaminar, mesmo que subrepticiamente, o desenvolvimento psicológico e afetivo do filho adotado.

A realidade do dia-a-dia nos mostra que nem sempre conseguimos solucionar as questões existenciais que nos atormentam e nem mesmo encontrar soluções dentro dos padrões de idealização que almejamos. Esquecemos que há problemas que não se resolvem, mas se dissolvem. Não conseguimos resolvê-los como a nossa fantasia e o nosso desejo pedem, mas com os recursos emocionais da nossa estrutura emocional, poderemos diluí-los, dissolvê-los até que percam o sentido e a significação para nós. Isso, entretanto, depende de uma busca interior que nos permita, ao nos encontrarmos com a pessoa real que somos, não negarmos a nossa realidade. A harmonia interna reside na convivência com a pessoa que somos para podermos nos transformar na pessoa que poderemos ser a cada instante da nossa vida.

Não precisamos interpretar a vida como a conquista de determinados resultados que escolhemos ou para os quais somos empurrados. Ao contrário, a vida é um processo dentro qual ocorrem resultados. Ela consiste no processo e não no

coroamento de situações específicas, mesmo que sejam desejadas e ansiosamente esperadas. Muito mais significativo é o **ir** do que, propriamente, o **chegar**. Talvez a importância do chegar seja dada pela forma de caminhar até o destino pretendido. "...o divertido da viagem é *viajar*, e não eliminar a viagem", citando novamente Watts (3).

## **O filho adotivo**

Pais e filhos adotivos vivem suas peculiaridades, que não podem ser desconsideradas quando tentamos compreender o comportamento de ambos. Na prática, nossa atenção é, geralmente, direcionada no sentido de estabelecer formas de orientação para conduzir o processo adotivo muito mais do ponto de vista dos pais do que das necessidades da criança adotada, provavelmente, porque nós os adultos nos achamos com o direito, ou mesmo com o poder, de ditar as formas de criar e as normas para educar, oferecendo os referenciais que achamos indispensáveis. Com isso, corremos o risco de deixar em plano secundário a dinâmica psicológica da criança adotada. É verdade que ela não é uma criança diferente das demais crianças, mas, sem dúvida, vive uma experiência que destoa do esperado para as relações parentais. Parece que o rompimento do vínculo afetivo com os pais biológicos deixa marcas históricas e psicológicas próprias. Não temos que entender tais marcas como patologias ou deformações. São experiências como tantas outras que identificamos nas crianças que não têm uma história pessoal de adoção.

A mudança de estado que a criança experimenta quando vivencia a transposição do seu primeiro objeto de afeto (a mãe biológica) para outra mãe que não participou do processo bio-psicológico de formação e nascimento, deixa um vazio que precisa ser preenchido sob pena de produzir distorções significativas na formação de sua personalidade. Sem dúvida, o afeto dos pais adotantes, quando manifestado, segundo as necessidades da criança, transforma-se no nutriente fundamental para a reparação das "fissuras" deixadas pela separação da mãe biológica.

Não podemos prescindir de uma estrutura que nos forneça os subsídios para manter ao longo da vida a harmonia do desenvolvimento psicológico.

No caso da criança adotada a construção do vínculo afetivo que norteará o seu desenvolvimento terá como base suas novas ligações parentais. Caso contrário, na adolescência e, principalmente, na vida adulta, haverá a possibilidade de se instalar um quadro de isolamento que, certamente, interferirá de forma drástica na sua vida de relação com as pessoas da sua convivência. Não é sem propósito que John Bowlby comenta: "A base a partir de onde um adulto opera será a sua família de origem, ou então outra nova base que ele criou para si mesmo. Qualquer indivíduo que não possua tal base é um ser sem raízes e intensamente solitário" (4).

Há, entretanto, elementos vinculados à construção da realidade de adaptação da criança à mãe biológica, como suas formas iniciais de identificação com ela (timbre da voz, odor do corpo e textura da pele) que mudam, produzindo ansiedade e insegurança. Ao estabelecer a relação com a mãe adotiva ela se

encontra com um novo timbre de voz, um odor corporal diferente e uma textura de pele com características peculiares. Penetrar nesse mundo “caótico” da transposição de figuras parentais é tarefa difícil e delicada. Uma coisa, entretanto, não deve passar despercebida: o contato (com-tato) da criança com a mãe adotiva é diferente e peculiar para cada criança. Reações de desconforto por parte da criança não precisam ser interpretadas necessariamente como inadaptação ou rejeição. Pelo contrário, trata-se de a criança estar buscando o acolhimento que possibilite novas raízes para o estabelecimento do vínculo afetivo próprio da nova relação.

Desse modo, tanto o rompimento com a mãe biológica como a tentativa de adaptação a uma nova forma de apego, deixam a criança em um intervalo que pode ser crucial para o sucesso do vínculo adotivo. Certamente, essa experiência assemelha-se ao processo fisiológico do nascimento, que, por mais natural que seja, apresenta alguns momentos traumáticos, muitas vezes, marcantes na determinação da relação da criança com o seu novo mundo.

Da qualidade do estabelecimento do novo vínculo afetivo dependerá parte da ligação parental no que diz respeito às relações de convivência. Há na criança adotiva uma sensibilidade ao abandono, de vez que essa experiência faz parte do processo de transição para a nova família. Dito de outra forma: o filho adotivo, de acordo com a forma pela qual integrou à sua experiência o acolhimento dos pais adotantes, pode estabelecer um “mecanismo de segurança” contra um possível novo abandono, isto é, assumir uma atitude de “abandonar” antes de ser abandonado. Referimo-nos aqui a comportamentos de indiferença, de agressividade, de lentificação na sua maturação e, muitas vezes, de recusa a aprender aquilo que dele se espera, desde os conteúdos programáticos das atividades escolares às normas de convivência, sobretudo no ambiente familiar.

A negação ao desenvolvimento nas suas várias formas é um instrumento de defesa contra o inusitado que possa encontrar no futuro por não se ter encontrado convenientemente com o seu passado. Isto é, por não lidar no nível do seu consciente com os conteúdos sofridos de uma gestação, de um nascimento indesejado e sendo separada da mãe biológica, a criança adotada é confrontada com o medo do futuro por conta de um passado não somente ignorado, mas, sobretudo, concebido na sua fantasia como grotesco e ameaçador.

Ao longo do tempo, soma-se às suas dúvidas ou “certezas” a respeito do seu passado (sobretudo na puberdade) um fato – talvez o único – que não pode ser negado: o filho adotivo foi consequência de um encontro sexual de seus pais biológicos. A experiência nos mostra que um número apreciável de filhos adotivos agarra-se sofregamente a esta verdade incontestável e que passa a ser a ligação clara entre eles e seus pais de origem. Como, na maioria dos casos, as crianças adotadas não têm acesso a elementos históricos que as liguem aos pais biológicos, sobressai o fato inegável da resultante sexual.

Esta questão nos remete à constatação de uma certa precocidade sexual do filho adotivo e, em alguns casos, à distorção da manifestação da sua

sexualidade. É de suma importância estarmos atentos a essa questão para podermos oferecer referenciais de ajuda no sentido de impedir o aparecimento de transtornos perfeitamente evitáveis. Diante dessa situação, contribui para evitar ou minimizar tais conseqüências, colocar à disposição da criança um ambiente no qual a sexualidade seja entendida e vivida pelos adultos de seu grupo parental como uma experiência boa e natural. Pais que não vivem adequadamente a sua sexualidade terão, por certo, dificuldade de orientar de maneira segura e tranqüila os filhos na compreensão e aceitação da sua vida sexual.

Vale a pena acompanhar Winnicott na sua observação: "A adolescência das crianças adotadas não é igual a das outras crianças, embora possamos querer fingir que é. Elas tendem a perder os delicados estágios iniciais da fase adolescente, e passar muito rapidamente para a idéia adulta dos relacionamentos sexuais, socializados pelo casamento. Alternativamente, elas podem reagir a isso e exagerar no desafio, associando-se a outros meninos e meninas desafiadores da mesma idade, num grupo que acaba se tornando muito incômodo. As crianças adotadas consideram a adolescência um esforço maior do que as outras crianças; e, na minha experiência, isso se deve à ignorância de sua origem pessoal. Isso tem vários efeitos adversos" (5).

Voltando à consideração do vínculo parental, há, entretanto, um conflito entre a forma de designar o filho como "biológico" ou como "adotivo", porque, na realidade, todos os filhos são biológicos. Sendo filhos serão, necessariamente, biológicos, mas no seu processo histórico, os que mudam de parentalidade, incorporam à sua experiência um novo vínculo afetivo, tornando-se filhos por adoção.

Na realidade, a grande questão referente à organização da "família adotiva", reside na forma ou no processo vividos na construção da estrutura familiar. Ao gerar seus próprios filhos, a configuração se estabelece através da informação dos demais parentes, como também por meio de outras fontes ligadas à constelação familiar. No caso da inserção da criança adotada como filho legitimado no grupo familiar, o processo não é diferente; apenas a rede de informação e confirmação se restringe a um grupo nuclear de pessoas, que começa com os pais adotivos e, às vezes, pela convivência com alguns parentes mais próximos. Isso indica a importância da informação sem medo sobre a origem da criança. O vínculo afetivo não se rompe com a verdade. Nada mais seguro do que a verdade para fortalecer a relação de convivência.

Vale a pena repensar o medo de falar ao filho adotivo sobre a sua biografia, esclarecendo sua origem biológica. No sentido pedagógico, negar ou silenciar, sendo ações benéficas e construtivas, podem ser, também, em outros momentos, ações destruidoras e perversas. Como tomar decisões relativas ao outro, quando ele é o personagem principal da decisão sem que participe, pelo menos, sendo informado da sua história pessoal? O "não-dito" é um instrumento de crueldade, porque surpreende e reduz suas possibilidades de se organizar para enfrentar as mudanças existenciais que lhe foram impostas. O silêncio sobre a verdade histórica – agradável ou desconfortável – é, sem

dúvida, uma forma de domínio sobre quem confia sem levantar interrogações sobre a confiança que se tem.

É nesse ponto que compreendemos quão nefasto é fazer da verdade existencial um segredo indevido. Negar ao filho os elementos básicos de sua história é deixá-lo sem sustentação psicológica naquilo que é relevante para o seu desenvolvimento. Como saber para aonde vamos sem saber de onde viemos? Como projetar adequadamente o futuro se ignoramos elementos norteadores das experiências passadas? Viveremos de todo modo, mas não viveremos do modo mais seguro e enriquecedor.

Cabem a essa altura, algumas considerações mais circunstanciadas sobre o vínculo afetivo que perpassa as nossas reflexões até aqui.

O amor vem antes do conhecimento. Trata-se, evidentemente de um mistério. O amor a uma pessoa flui sem que dele nos demos conta e sem que por ele sejamos responsáveis. Não se pode impedir uma pessoa de amar outra, porque o amor não exige ser correspondido.

Aqueles que esperam os trâmites do conhecimento, buscando conjugar elementos que produzam segurança e satisfação pessoais para construir uma relação de afeto, se expõem ao insucesso ou à surpresa de encontrar o vazio ao longo do caminho. O conhecimento não é uma condição necessária ao amor. Ama-se e, pelo amor, se conhece. No processo de busca do conhecimento do objeto do amor, nos deparamos com duas situações possíveis: aprofundamos o amor ou enfrentamos o que nos degrada no amor encontrado. O amor, no entanto, permanece.

Amar é mais do que simplesmente gostar. O gostar exige fatos e atributos e, portanto, condições. Gostamos de coisas que as pessoas são ou têm e que preenchem lacunas em nossa vida pessoal. Amar é coisa diferente.

O amor é incondicional: não está vinculado a fatos ou atributos e nem mesmo a características específicas do outro. Amamos a pessoa e não seus atributos ou aquilo que, na relação com ela, nos produz prazer. Quando amamos, amamos o outro; quando gostamos, gostamos **no** outro. Gostamos do que o outro faz, sobretudo em relação a nós, porém, amamos o outro como legítimo outro, isto é, como pessoa independente do que é ou faz.

É por isso que, quando gostamos das características (qualidades para nós) do outro e, ao longo da convivência, percebemos que elas se modificam, deixamos de gostar, porque, simplesmente, desapareceram os motivos para a relação continuar existindo. Desse modo, podemos gostar e des-gostar. O gostar pode ser efêmero.

O amar transita por outro caminho. O gostar pode se desvanecer; o amor não acaba. Isso é verdadeiro em qualquer das formas de relação interpessoal. Como ficará então o amor que não encontra correspondência no outro? Como seria o amante sem o amado? Com certeza, continuaria a ser amante, porque o amor não se nutre necessariamente de uma resposta ou de um retorno afetivo. O amante que perde a convivência com o objeto do seu amor condiciona dentro

de si o afeto pela pessoa amada para sobreviver ao desconforto de sua ausência.

Cabe, a essa altura, lembrar que decresce de importância conhecer elementos históricos do filho que se quer adotar. Isso não significa que devemos desprezar suposições que compõem as fantasias daqueles que geram ou adotam seus filhos. O que estamos afirmando é que a tentativa de realizar por inteiro as fantasias sobre o filho não só é tarefa impossível como imprópria para uma relação parental.

Amamos o filho independentemente de ele nos amar. É nesse sentido que entendemos que a nossa grande tarefa na relação parental é oferecer e manifestar o amor que sentimos. E isso poderemos fazer pela palavra, pelo silêncio, pela atitude, pelas ações e por todas as formas peculiares à individualidade.

Na relação adotiva, a afetividade cresce de importância pela inexistência da ligação biológica. No entanto, a existência desse amor, em toda a sua intensidade, não solucionará, necessariamente, os problemas pessoais do filho ou do grupo familiar.

### **Os pais adotivos**

As reflexões existenciais sobre o filho nos remetem necessariamente à dinâmica das suas relações parentais. A compreensão de Winnicott levanta uma questão delicada e importante, quando nos mostra que o bebê não pode existir por si mesmo. Haverá, pelo menos, uma vinculação dele com a parentalidade nuclear (pai e mãe). Semelhantemente, a visão de Hannah Arendt reforça a idéia da existência humana como conjunção e não apenas com ênfase na individualidade, quando diz que o mundo não existe sem a pluralidade (Cf. A vida do espírito).

Todas as vezes que identificamos necessidade de apoio ao desenvolvimento do filho estamos incluindo no contexto da ajuda as figuras parentais próximas, tanto no que diz respeito aos pais biológicos quanto aos adotivos.

A psicologia da adoção, no que concerne à conduta dos pais adotantes, transita sobre uma tênue linha demarcatória que, ao mesmo tempo que separa, também une a história da origem biológica à história da origem adotiva.

Pais, sobretudo os adotivos, o são por serem "pais continentes", isto é, pais que *contêm* o filho no sentido do "acolhimento". Acolher é condição indispensável para configurar a maternidade/paternidade. O acolhimento metaboliza as dores da transição na substituição das figuras de apego afetivo. Bowlby não está muito distante desta questão quando esclarece: "Se um bebê tem o amor e a companhia de sua mãe e logo também a de seu pai, ele crescerá sem uma pressão exagerada de anseios libidinais e sem uma propensão irresistível para odiar. Se não tiver essas coisas, seus anseios libidinais provavelmente serão muito elevados, o que significa que o bebê estará procurando constantemente amor e afeição, e será continuamente propenso a odiar aqueles que não

conseguem – ou lhe parecem não conseguir – dar-lhe o afeto que ele tanto deseja” (6).

Chama-nos a atenção o percentual expressivo de filhos adotivos que enfrentam fracassos pessoais nas relações de convivência, no enfrentamento da aprendizagem dos conteúdos pedagógicos escolares, como também no aprendizado e exercício profissionais. Enfim, vêem-se mergulhados no contexto do fracasso. Muito provavelmente essa situação se deve ao fato de que o “fracasso” funciona como uma defesa contra o medo de não garantir o sucesso continuado diante das expectativas das figuras de autoridade, como pais e professores, com quem estabelecem suas relações de afeto. Se o fracasso frustra o desejo dos pais, por outro lado, é uma tentativa de dizer a eles que não esperem grandes feitos, como que, preparando-os para o encontro com a sua impotência pessoal.

Trata-se, entretanto, de um mecanismo que pode ser desativado, embora exija habilidade conduzida por uma manifestação contínua de afeto. Se não o conseguirmos através do verdadeiro acolhimento afetivo, a pouco e pouco, tais frustrações poderão incorporar-se à auto-imagem da criança, produzindo distorções no curso da formação da sua personalidade.

Vale lembrar que tais situações não são decorrentes, necessariamente, da filiação adotiva, mas de uma falha no acolhimento, que poderá ocorrer em qualquer contexto familiar.

Se pais e filhos adotivos têm uma história peculiar, têm também suas semelhanças com a família biológica. Isso serve de alerta para não interpretarmos o comportamento dos pais apenas com os olhos dos que vêem a adoção como um capítulo à parte da filiação genética. Pais e filhos adotivos não diferem de pais e filhos biológicos naquilo que norteia o desenvolvimento e as ligações de afeto. Haverá momentos da história familiar que apresentarão ênfase na história adotiva sem que isso elimine o processo de desenvolvimento característico em toda e qualquer família.

Com essa compreensão poderemos, em alguns momentos da relação adotiva, isolar fatos e acontecimentos que tenham a ver com a história da adoção.

Duas questões precisam ser pensadas, que correm paralelas ao “desejo de filho” pelo caminho da adoção.

A primeira tem a ver com a aceitação da própria infertilidade, quando é o caso. A aceitação do impedimento biológico à procriação como uma característica peculiar, sem que seja vista como uma deficiência, prepara o caminho para estabelecer a relação afetiva com o filho adotado sem culpas ou sentimentos de menos-valia.

Esta é uma condição importante no sentido de evitar a contaminação da relação com o filho, mesmo pela via do inconsciente. Não será o filho que resolverá nossa infertilidade. A persistência da infertilidade sem que seja sentida como uma deformidade é que livrará pais e filhos de uma relação limitada e artificial e, por conseqüência, carente de filiação real.

A segunda questão, à qual pouca atenção se tem dado, tem a ver com a situação do casal em que um dos cônjuges, biologicamente, tem condição de procriar, mas limita-se no seu "poder" para aceitar a infertilidade do outro. Essa atitude constrói uma relação de igualdade de condições psicológicas para o estabelecimento da família adotiva.

Se a infertilidade precisa ser resolvida (aceita) para não atropelar o vínculo afetivo com o filho adotado, a capacidade de procriação cerceada na sua função, também necessita de ser aceita para dar lugar ao filho incorporado pela adoção afetiva.

Sem dúvida, atitudes e ações dos pais adotantes que não se coadunem com as necessidades afetivas dos filhos, por certo, interferirão na interpretação que, em algum momento do seu desenvolvimento, farão a respeito das ações de seus pais. Isto é, as "transgressões" dos pais, no que têm a ver com sentimentos e decisões sobre a adoção, poderão levar o filho a culpabilizá-los. Criam-se, muitas vezes, conflitos de tal ordem que, desaprovando os pais nos trâmites da adoção, vivem ambivalências de conseqüências graves por não se acharem autorizados a "condená-los" pelo que fizeram, ou pela forma como o fizeram. Não são poucos os casos encontrados na clínica psicológica de filhos adotivos vivendo culpas que seriam, na realidade, dos seus pais. Talvez aqui se aplique a observação bíblica: "Os pais comeram uvas verdes, mas foram os dentes dos filhos que ficaram ásperos" (Ez. 18:2).

A persistência da culpa (real ou imaginária) é seguida, quase sempre, de um apreciável aglomerado de sentimentos dolorosos, sejam a ansiedade, a angústia ou a falência da auto-estima.

A prática clínica ainda nos mostra que, em qualquer hipótese, não se pode subestimar ou mesmo superestimar a biografia adotiva, isto é, não se pode eliminar o contexto psico-social da adoção, assim como também, não temos o direito de colocar na conta da adoção a explicação do comportamento descompensado ou desconfortável de pais e filhos adotivos.

Aprofundando um pouco mais a dinâmica psicológica da família adotiva, não podemos negar que o filho adotivo **é** e, ao mesmo tempo, **não é** dos pais que o adotaram. Aqui não nos referimos ao sentido de posse que, de um modo geral, compõe a cultura parental, mas à relação entre **ser** e **não ser**. O espaço entre o **ser filho** e o **não ser filho** é que precisa ser resolvido satisfatoriamente. É essa relação que evidenciará a qualidade da relação parental adotiva. Em que pese estarmos aqui percorrendo um caminho pela via do inconsciente, haverá um momento consciente em que pensamos e sentimos o filho como um ser-em-relação, isto é, que só tem sentido quando incorporado como ser afetivo.

O desejo que se consolida na vontade constrói o caminho do afeto nas relações interpessoais. A distância que existe entre o *ser* e o *não ser* poderá ser resolvida pelas forças inatas da interioridade. Hannah Arendt nos auxilia na compreensão desse fenômeno, quando diz: "...todo 'tu deves' que não vem de fora, mas surge do próprio espírito, implica um 'tu podes'" (7). O poder vem de dentro e não de fora, no sentido de que a mobilização de nossas forças afetivas

preenchem os intervalos entre o ser e o não-ser. O amor, diferentemente do desejo e da vontade, não se esvai quando alcança seu objetivo, mas permanece para poder torná-lo realidade.

Entretanto, não podemos negar a existência, em determinados momentos, de um sentimento de impotência diante das dificuldades do filho, sobretudo, aquelas que só terão um encaminhamento satisfatório pela ação do próprio filho. As crianças não são os seres tão frágeis que, às vezes, os adultos imaginam. Resistem às turbulências da sua interioridade do mesmo modo como lutam contra a contaminação com a ansiedade e a angústia dos adultos. O grande sofrimento dos pais é não poder aprender no lugar dos filhos aquilo que a eles se quer ensinar. Pais e filhos têm suas limitações. Este é o ônus da individualidade.

Comportamentos extravagantes dos filhos, discordantes das expectativas dos pais, precisam ser vistos não somente como uma quebra dos valores “ensinados”, mas como uma tentativa de consolidar o sentimento de existência como pessoa. Isto é: filhos, sobretudo adolescentes, que apresentam comportamentos marcados pela busca de intensas (e, às vezes, perigosas) emoções, provavelmente estão buscando, de forma inconsciente uma confirmação de que existem como pessoas reais, porque, emoções de grande intensidade produzem um sentimento de existência. E, sentir-se existente, ameniza as interrogações sobre a história da sua origem biológica.

As limitações são acentuadas ainda pela verdade subjacente à realidade da adoção, no sentido de que ela é construída na relação entre “poder” e “não-poder”. Se, como dissemos, há um hiato entre ser e não-ser, há também um intervalo entre poder e não-poder, que precisa, no mínimo, ser compreendido. A adoção do filho se estabelece entre o “poder procriar” de uns e o “não poder procriar” de outros. Inversamente, os que podem procriar, muitas vezes, não podem (ou não querem) criar, o que possibilita a adoção pelos que, não podendo procriar, desejam e se dispõem a criar.

Nunca é demais acentuar que a introdução em uma nova parentalidade é possível, desde que os novos pais tenham em si a marca do desejo de ter filho. O pensamento de Ducatti auxilia na compreensão desse processo, quando diz: “A nosso ver, tanto um filho biológico como um filho adotivo, desde que engendrados pelo desejo, terão condição de serem introduzidos em uma linhagem, uma vez que esta não se caracteriza pela função genética, mas pela função simbólica. Há necessidade de que os pais possuam disponibilidade interna para a filiação, ou seja, que haja em seu funcionamento psíquico um espaço para que esse fenômeno possa se desenvolver. Não se trata aqui, evidentemente, de uma manifestação consciente ou volitiva. Ao se pensar na questão da filiação do filho adotivo, devemos fazê-lo desde o ponto de vista do desejo, da complementariedade” (8).

A prática, a convivência e, conseqüentemente, a expressão de emoções e sentimentos, nos remetem à compreensão de que a filiação está mais profundamente ligada ao afetivo do que ao genético. Parece que o viés cultural se sobrepõe a todas as outras formas de vínculo familiar, quando entroniza a

ligação genética como a única forma de caracterizar a parentalidade. A convivência desmente a genética quando se trata de explicar a real filiação. Ser pai, mãe e filho, muito mais que uma resultante genética, é uma conjunção afetiva.

### Notas bibliográficas

- (1) Ética para meu filho, p. 156.
- (2) O tao da filosofia, p. 75.
- (3) O tao da filosofia, p. 97.
- (4) Formação e rompimento dos laços afetivos, p. 175.
- (5) Pensando sobre crianças, p. 133.
- (6) Formação e rompimento dos laços afetivos, p. 22.
- (7) A vida do espírito, p. 233.
- (8) A tessitura inconsciente da adoção, p. 54.

### Bibliografia

DELL'ANTONIO, Annamaria, **Le problematiche psicologiche dell'adozione nazionale e internazionale**, Giuffrè, Milano, Itália, 1986.

ARENDT, Hannah, **A vida do espírito**, Relume Dumará, Rio de Janeiro, 2002.

BARLETTA, Gaetano, **Il figlio altrui**, Società Editrice Internazionale, Torino, Itália, 1991.

BOWLBY, John, **Formação e rompimento dos laços afetivos**, Martins Fontes, São Paulo, 1997.

DUCATTI, Maria, **A tessitura inconsciente da adoção**, Casa do Psicólogo, São Paulo, 2003.

LEVINZON, Gina Khafif, **Adoção**, Casa do Psicólogo, São Paulo, 2004.

\_\_\_\_\_, **A criança adotiva na psicoterapia psicanalítica**, Escuta, São Paulo, 2000.

SAVATER, Fernando, **Ética para meu filho**, Martins Fontes, São Paulo, 1996.

WATTS, Alan, **O tao da filosofia**, Fissus, Rio de Janeiro, 2002.

WINNICOTT, D.W., **Pensando sobre crianças**, Artes Médicas, Porto Alegre, 1997.